
A GESTÃO E O TRABALHO ASSOCIADO NO COOPERATIVISMO EDUCACIONAL

Elizângela Siqueira de Oliveira - elizangela.siq.o@gmail.com
Neusa Maria Dal Ri - neusamdr@terra.com.br

RESUMO

Em nossa pesquisa, propomo-nos a verificar, no âmbito de uma Cooperativa Educacional de Marília, como a gestão e o trabalho associado são organizados. O estudo encontra-se em andamento e a pesquisa bibliográfica e documental foram realizadas. O levantamento de dados empíricos está sendo efetuado por meio de entrevista semi-estruturada com os membros da comunidade escolar. Observamos que a gestão das cooperativas educacionais, quando alicerçada no trabalho associado, pauta-se na gestão democrática vivenciada pelo coletivo. Todavia, na sociedade capitalista, as diversas relações são hierarquicamente estabelecidas e, conseqüentemente, algumas cooperativas seguem essa forma de se organizar.

Palavras-chave: Cooperativa Educacional. Trabalho associado, Gestão escolar, Participação dos segmentos.

INTRODUÇÃO

No percurso da pós-graduação em educação, nível mestrado, temos como objeto de estudo a gestão e o trabalho associado no âmbito de uma Cooperativa Educacional. A Cooperativa Educacional situa-se no município de Marília e foi selecionada por ser a única do gênero na cidade.

A relevância do presente trabalho está na necessidade de estudarmos escolas que se apresentam como organizações mais democráticas, centradas na formação e participação pautadas no coletivo. O desenvolvimento de nossa pesquisa também se justifica pela necessidade em disponibilizar à comunidade acadêmica estudos que evidenciem como a democracia é compreendida em uma Cooperativa Educacional, principalmente no que se refere à participação dos segmentos em sua gestão e ao trabalho associado.

A gestão hierarquizada prepondera nos diversos tipos de empresas privadas e também pode ser evidenciada em segmentos cooperativos, pois é reconhecida, no contexto da sociedade capitalista, como a mais hábil e competente para atingir os desígnios de uma organização. Diversamente, as cooperativas, quando alicerçadas no trabalho associado, apresentam-se como organizações direcionadas por uma gestão democrática, centrada nas decisões do coletivo que as compõe. Desta forma, questionamos: Como se dá a gestão escolar na Cooperativa Educacional de Marília? Há participação dos segmentos de professores, pais, alunos, funcionários, especialistas da educação na gestão escolar?

Como objetivo geral, propomo-nos a verificar, no universo empírico escolhido para o estudo, como a gestão escolar é organizada e se há a participação dos segmentos no âmbito da Cooperativa Educacional. Os objetivos específicos consistem em observar a forma de gestão da Cooperativa Educacional; verificar se há instâncias de participação em sua gestão; analisar se há participação dos

segmentos: professores, pais, alunos, funcionários, especialistas da educação em sua gestão; e averiguar como se organiza o trabalho associado na Cooperativa.

O estudo encontra-se em andamento e realizamos pesquisa bibliográfica sobre as temáticas ligadas ao cooperativismo educacional ou escolar, ao trabalho associado, à gestão democrática e à economia solidária. Nesta etapa, constatamos que a produção bibliográfica a respeito do cooperativismo educacional ou escolar é escassa.

A pesquisa documental deu-se com especial atenção às legislações nacional e estadual e outros documentos internos e/ou produzidos pela Cooperativa.

O levantamento de dados empíricos está sendo realizado por meio de entrevista semi-estruturada com os membros do Conselho Pedagógico e do Grêmio Estudantil. Na elaboração do roteiro de entrevistas foram consideradas algumas categorias de análise, tais como: história, organização administrativa e funcionamento da Cooperativa; o trabalho associado; a dinâmica de relações de poder; o nível de participação dos segmentos; as condições de trabalho dos funcionários e professores; e concepção acerca da gestão democrática.

Para alcançar a captação mais precisa do objeto estudado, também utilizaremos a técnica da observação direta sistemática. Nas observações consideraremos as mesmas categorias de análise definidas no roteiro de entrevista. As observações serão realizadas nas reuniões, assembleias, em síntese, em todas as atividades que tivermos acesso e que dizem respeito à gestão, à participação e ao trabalho associado no âmbito escolar.

1 O COOPERATIVISMO E SUAS ORIGENS

O cooperativismo como uma iniciativa, dentre outras, dos trabalhadores contra a exploração capitalista dos meios de produção remonta ao início do século XIX. Importantes pensadores como Robert Owen (Inglaterra), William King (Inglaterra), François Charles Fourier (França), Philippe Buchez (Bélgica) e Louis Blanc (França) contribuíram efetivamente para a elaboração da teoria social sobre o associativismo.

Ao ponderar sobre a atuação dos socialistas utópicos no início do século XIX, Engels (1981) ressalta que todos os movimentos sociais e avanços a favor da classe trabalhadora na Inglaterra estavam ligados à ação de Robert Owen, que aos 29 anos começou a por em prática suas ideias reformadoras. Estando na direção de uma importante fábrica de fios de algodão de New Lanark, Owen diminuiu a jornada de trabalho, criou os jardins de infância para que os filhos dos trabalhadores fossem educados, influenciou na votação da primeira lei que limitou o trabalho das mulheres e crianças nas fábricas, atuou em favor da formação sindical na Inglaterra e na constituição de colônias comunistas para combater a fome na Irlanda.

No percurso de suas ideias utópicas, Owen propôs a formação de uma sociedade comunista, na qual, como medida de transição, as cooperativas de produção e de consumo foram criadas. Naquele momento de ascensão do modo de produção capitalista, os trabalhadores ainda não tinham concretizado sua consciência de classe, deste modo, os pensadores utópicos, como Owen, contribuíram neste intuito. (ENGELS, 1981).

Na vanguarda do cooperativismo moderno temos a Cooperativa de Rochdale. Esta Cooperativa foi criada em 1844, por iniciativa de 28 tecelões (LUZ FILHO, 1960, p. 45), alguns destes cooperados eram seguidores das idéias de

Robert Owen. Apesar de algumas mudanças que ocorreram deste então, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) fixou os princípios fundamentais do cooperativismo baseando-se nos princípios de Rochdale. (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p. 18).

No âmbito da doutrina cooperativista há pensadores que apresentam argumentos diversos, no entanto, existem características comuns e fundamentais que persistem até hoje no movimento cooperativo moderno, são elas:

[...] o princípio da harmonia de vida e não o da luta pela vida; [...] a cooperação é uma ação das classes laboriosas da nação; [...] a emancipação das classes operárias se faz por iniciativa própria de interesses; a prestação de serviços sem interesse de lucro; a idéia de grande organização federativa: as unidades cooperativas não são consideradas isoladamente, mas como [...] organização federativa posta a serviço do interesse geral; [...] organização cooperativa de economia social: o objetivo do movimento é a transformação do regime econômico social atual em outro baseado na organização cooperativa da economia social. (JUVÊNCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000, p. 15).

No Brasil, as cooperativas são legalmente direcionadas conforme a Lei Cooperativista brasileira, que se apresenta compatível com os princípios da ACI. O marco inicial da legislação brasileira que contempla o cooperativismo deu-se com a promulgação de dois decretos, um de nº 796, de 02/10/1890 e o outro de nº 869 de 17/10/1890, que autorizavam, respectivamente, a organização da Sociedade Cooperativa Militar do Brasil e a Companhia de Consumo Doméstico e Agrícola. (POLÔNIO, 1999).

O sistema cooperativo é regido pela Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Esta lei define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.

Para Marx (1996, p. 441), a cooperação decorre do trabalho realizado por vários trabalhadores, lado a lado, conjuntamente, esquematicamente e em processos de produção diversos ou congruentes, contudo conexos. Além disto, este autor denomina de *trabalhador coletivo* a soma da força de trabalho e das diversas habilidades dos trabalhadores no processo de produção.

No capitalismo ocorre o incremento do processo de produção, por meio da divisão do trabalho e da introdução da maquinaria, entre outros. Neste contexto, com a constituição da cooperação realizada pelo *trabalhador coletivo*, a burguesia amplia, em proporções inéditas, as potências produtivas.

Contudo, segundo Vieitez e Dal Ri (2009, p. 15) essa cooperação acontece subordinada ao capital e não ao trabalhador, sendo assim, “[...] o principal desafio do trabalho associado é a transformação desse sistema de cooperação alienado num sistema de cooperação para si, ou seja, para a classe trabalhadora.”

Numa unidade de trabalho capitalista, o sistema de cooperação do trabalhador coletivo é força produtiva para o capital. Os trabalhadores [...] são [...] somente assalariados, ou seja, vendedores individuais de suas respectivas forças de trabalho [...] tendo ainda de suportar as tecnologias de gestão capitalistas, que se empenham ao máximo em cevar a divisão e a concorrência entre os membros desse coletivo, visando a reprodução generalizada e profunda dos valores e das posturas individualistas. (VIEITEZ; DAL RI, 2009, p. 33).

Diferente do modo de organização da empresa capitalista, a organização autogestionária de uma empresa, de acordo com Vieitez e Dal Ri (2001, p. 19-20)

ocorre quando

[...] a propriedade pertence a um coletivo composto por associados que são, ao mesmo tempo, proprietários e trabalhadores, pois como tendência, não há lugar para sócios que participem apenas como investidores. Cada associado detém um número de cotas-partes da empresa que pode ser variável. Contudo, as cotas-partes têm valor muito baixo que se baseia no padrão de rendimentos da classe trabalhadora. Nenhum associado ou grupo de associados pode possuir um número de cotas suficiente para deter o controle sobre a empresa.

As atuais organizações da economia social se preocupam com a democratização das relações de trabalho, mas para

[...] uns trata-se de implementar os princípios clássicos e de estimular as mais variadas formas de *participação* dos sócios no seu empreendimento. Para outros, trata-se de transcender os próprios princípios clássicos e avançar construindo a *autogestão*. (DAL RI; VIEITEZ, 1999, 39).

Sendo assim, a configuração de uma organização de trabalho associado pode ser evidenciada quando ela pertence aos trabalhadores, quando sua gestão, o trabalho e o seu rendimento são autogeridos pelos trabalhadores.

As cooperativas podem ser vistas como atividades utópicas, ou seja, aquelas que, em sua essência, reclamam um tipo de ordem política e socioeconômica ainda inexistente. Estas cooperativas lutam por sua sobrevivência, diante do mercado desenfreado e desigual capitalista.

Contudo, muitas cooperativas se adaptam à lógica do mercado competitivo capitalista para sobreviverem. Ainda, nos diversos ramos do cooperativismo temos exemplos de empreendimentos de capitalistas. Como exemplo, Dal Ri e Vieitez (1999, p.16) apontam as empresas agroindustriais exportadoras que receberam financiamento do governo militar (1964-1984) para se constituírem. Estes autores explanam que nestas cooperativas agrárias os trabalhadores são assalariados

[...] têm uma posição subordinada na organização, estão sujeitos à exploração econômica, em geral não participam do processo decisório da empresa e também não têm possibilidade de alterar o seu estatuto [...]. Este modo de funcionamento é característico nas cooperativas formadas por fazendeiros, mas também é usual nas cooperativas de consumo, de crédito e outras, mesmo quando os sócios fundadores são trabalhadores assalariados.

Esta prática configura “[...] os desvios dos princípios e valores cooperativistas [...] não sejam simplesmente desvios, mas práticas tendenciais de grupos sociais cuja relação com a cooperação é acessória e cuja opção econômica e social é outra.” (DAL RI; VIEITEZ, 1999, p. 36). Portanto, a formação e funcionamento dessas cooperativas desconsideram a *práxis* que fundamentou a origem do cooperativismo.

É nesta relação contraditória que se encontra o cooperativismo no Brasil e no mundo. Embora tenha sido obra dos trabalhadores, em fuga ao desemprego e na busca por ações solidárias em prol do seu coletivo, o cooperativismo também foi apropriado pela lógica capitalista que visa o lucro por meio da exploração dos trabalhadores.

2 COOPERATIVISMO EDUCACIONAL EM QUESTÃO

Luz Filho (1960, p. 103) destaca que na metade do século XX, existiam cooperativas escolares em países da Europa, da América do Norte e Sul, da Ásia, entre outros.

Segundo este autor, na América do Sul, o Chile (1927) foi o primeiro país a reconhecer, em lei, as cooperativas escolares. No Brasil, a divulgação das cooperativas escolares iniciou-se com a distribuição de livros e folhetos pelo Ministério da Agricultura no ano de 1931. (LUZ FILHO, 1960, p. 99).

As cooperativas educacionais apresentam-se como uma proposta de gestão democrática que “[...] será bem sucedida se as suas diretrizes forem adequadas do ponto de vista do cooperativismo, de um lado, e do ponto de vista pedagógico, de outro.” (SILVA JUNIOR, 1990, p. 58 apud OLIVEIRA, 1994, p. 76).

Nascimento (1992, p.12 apud OLIVEIRA, 1994, p.80) destaca que os objetivos do

[...] cooperativismo educacional baseiam-se principalmente nos seguintes pressupostos: Melhorar a qualidade de ensino; reduzir os custos das mensalidades através do rateio das despesas entre os sócios; divulgar o cooperativismo como movimento de valorização do ser humano; proporcionar aos profissionais da área de educação o exercício pleno e adequado das suas capacidades nas escolas cooperativas; possibilitar à população as condições necessárias para influenciar o processo educacional, na qualidade de agentes; contribuir para a elaboração de legislação educacional compatível com as necessidades atuais; obter e distribuir livros e material escolar em condições mais satisfatórias às condições dos cooperados; valorizar o professor como elemento importante do processo educacional cooperativista; criar uma referência educacional isenta dos vícios do ensino público e do caráter mercantil do ensino privado convencional.

Ariosi (2004, p. 69-71) e Oliveira (1994, p. 82-96) apontam que existem alguns tipos de cooperativas educacionais: a Cooperativa-Escola, a Cooperativa Escolar, a Cooperativa de Professores ou de Trabalho e a Cooperativa de Ensino. Segundo estas autoras, a Cooperativa-Escola é formada por alunos de escolas técnicas ou de nível superior, ela funciona sob o encargo dos próprios alunos que exercem funções de agropecuária, de pesca, de artesanato e de economia doméstica. Estas cooperativas são patrocinadas pelo Ministério da Educação e Cultura e costumam ter vínculo com Escolas Agrotécnicas Federais. As autoras apontam, também, que o cooperativismo não é incorporado como disciplina curricular, essa temática costuma ser trabalhada por meio de palestras, seminários e na prática dos alunos.

A Cooperativa Escolar costuma ser constituída por alunos do ensino fundamental e/ou médio, sob a responsabilidade dos professores e, além da formação cooperativista, ela tem como objetivo central a aquisição de materiais didáticos, de uniformes e de merendas. Este tipo de cooperativa obteve considerável sucesso em São Paulo entre a década de 1940 e 1960. Todavia, atualmente existem poucas Cooperativas escolares.

Já, a Cooperativa de Professores ou de Trabalho é organizada pelos professores ou profissionais da educação que têm como intuito melhorar a qualidade da educação e a democratização da escola. Ela aceita trabalhadores profissionais independente de sua categoria.

Finalmente, a Cooperativa de Ensino é organizada por pais que têm como

foco contemplar a educação básica, eles visam à melhoria do ensino e à fuga dos altos custos das mensalidades e do material didático nas escolas privadas. O número de cooperativas de ensino vem aumentando, visto que há uma procura por ensino de qualidade com preço justo. A constituição, estrutura e funcionamento deste tipo de cooperativa seguem a forma de criação e autorização de qualquer instituição escolar no Brasil, além disso, sua organização administrativa e estatutária assemelha-se a qualquer cooperativa de produção, consumo ou dos outros segmentos do cooperativismo.

A Cooperativa Educacional de Marília enquadra-se neste último perfil. Ela foi fundada por pais no ano de 2000, é gerenciada por eles, não visa fins lucrativos e atende aos alunos da educação básica.

No início da década de 1990, Serva et. al (1994) pesquisaram a organização de sete Cooperativas Educacionais da cidade de Salvador, na Bahia, e constataram o advento deste gênero escolar por meio da iniciativa de movimentos sociais de pais da classe média que pretendiam se esquivar dos altos preços das mensalidades das escolas particulares e com intuito de criar opções ante a baixa qualidade do ensino público. A respeito da gestão das Cooperativas os autores destacam como sendo

[...] basicamente colegiada, dando-se grande ênfase nas assembléias gerais. Os dirigentes são escolhidos dentre os associados, e empossados para exercer mandatos, em geral, de dois anos. A tônica da estrutura administrativa é a flexibilização, procurando-se evitar a burocratização excessiva e a concentração de poder. (SERVA. et. al., 1994, p. 51).

Os assuntos menos relevantes e específicos destas Cooperativas são tratados nos Conselhos (Pedagógico, Diretivo, Pais, Alunos e de Professores). Mesmo apresentando tal gestão, aparentemente baseada na democracia direta, Serva et. al. (1994) alegam que, dentre outros conflitos, a gestão das Cooperativas enfrenta certa dificuldade relativa à apática participativa de alguns associados (pais).

Ao discutirem sobre democracia, participação e poder na Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru, Ariosi e Dal Ri (2004, p.102) destacam que a Cooperativa enfrenta dificuldade na incorporação da prática autogestionária, pois ela

[...] exige das pessoas uma consciência diferente, com mais confiança, solidariedade e busca do bem comum. Porém, a prática educativa atual normalmente forma as pessoas na perspectiva do individualismo, da competição e da defesa dos interesses próprios, o que estimula as pessoas a tentarem conseguir vantagens umas sobre as outras. Na dinâmica das relações da cooperativa ficou visível que as pessoas tinham dificuldades para romperem com a formação e a cultura anteriores advindas da escola, outras instituições e de relações sociais mais amplas.

Dificuldades estas que, segundo as autoras, não inviabilizaram, mesmo no contexto da sociedade capitalista, que a experiência da Cooperativa Educacional possibilitasse a democratização das relações de trabalho.

Para Dal Ri e Vieitez (2000, p.125), um exemplo de experiência educacional voltada para o cooperativismo foi o Programa Cooperjovem, criado pela Cooperativa dos Profissionais Gráficos de Brasília (Coopergraf), com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) aliado à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Neste programa o ensino do cooperativismo foi implementado de modo pioneiro nas escolas de ensino básico, do Distrito Federal, em 24 de abril de 2000, com o propósito de difundir a cultura cooperativista entre as

crianças e jovens.

A gestão democrática nas escolas públicas ainda não foi alcançada efetivamente (PARO, 2004; WERLE, 2003; OLIVEIRA, 2010), e na escola privada a gestão democrática não costuma ser considerada.

Nas cooperativas a gestão democrática é considerada a base das relações, como exemplo temos as escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que segue um modelo educacional baseado em princípios cooperativos, regido pelos próprios alunos e, ainda, se orienta pela união do trabalho produtivo com o ensino. (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p. 191).

Mészáros (2005, p. 35) afirma que, principalmente nos últimos 150 anos, a educação institucionalizada vem servindo para a ampliação do sistema do capital. Esta servidão dá-se por meio da formação do pessoal imprescindível à máquina produtiva, por sua transmissão de valores que legitimam e, portanto, contribuem para a internalização dos interesses dominantes e para a subordinação hierárquica.

De acordo com Dal Ri (2006, p. 2),

[...] não pode haver transformações reais na escola, mudanças realmente democratizadoras e igualizadoras, se não houver, concomitantemente, mudanças nas relações de produção da sociedade. Porém, não há que esperar a revolução para travar a luta de classes na escola. É importante ampliar espaços para a democracia [...].

Investir em uma gestão e educação democrática em nossas escolas significa investir na formação humana pautada em valores democráticos, esta formação, contrária aos valores do capital, pode influenciar para além do âmbito escolar e contribuir para a construção de relações solidárias em nossa sociedade.

3 DOCUMENTOS REGIMENTARES DA COOPERATIVA EDUCACIONAL DE MARÍLIA

No decorrer de nossa pesquisa documental, a diretora pedagógica do Colégio de Marília nos forneceu os documentos regimentares vigentes na Cooperativa Educacional de Marília. São eles o Projeto Político Pedagógico (2005), o Regimento Escolar (2007) e o Estatuto da Cooperativa (2007). Para nossa pesquisa estes documentos regimentares são importantes, pois delineiam o perfil e a postura da Cooperativa no que se refere à sua gestão.

A partir de nossa análise, constatamos, no Projeto Político Pedagógico (2005) e no Regimento Escolar (2007), que a Cooperativa Educacional de Marília é uma empresa de pais cooperados que mantêm o Colégio de Marília, ambos são apontados como sendo sem fins lucrativos e de gestão democrática. Os pais pagam uma única cota para se tornarem associados da Cooperativa Educacional de Marília e seus filhos passam a estudar no Colégio. Além disso, anualmente, na Assembléia Geral Ordinária, o orçamento do Colégio é rateado, no formato de mensalidade escolar, entre os pais que têm seus filhos estudando no Colégio.

Segundo o Estatuto da Cooperativa (2007) os órgãos de gestão e fiscalização da Cooperativa são definidos como sendo a Assembléia Geral, como órgão supremo, composta por cooperados, sendo convocada e presidida pelo presidente, após deliberação da Diretoria. Ela pode deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa e também recomendar ações à Diretoria.

A Diretoria é composta por presidente, vice-presidente, diretor-secretário,

diretor-financeiro, diretor de operações, vice-diretor secretário, vice-diretor financeiro e vice-diretor de operações e três conselheiros administrativos, total de onze membros que devem ser cooperados titulares. A Diretoria tem a função, tendo como parâmetro as decisões e recomendações da Assembléia Geral, de deliberar e estabelecer normas e programas necessários ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

O Conselho Fiscal tem três membros efetivos e três suplentes, e os seis membros devem ser cooperados e eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária. Sua função é a de fiscalizar a administração da Cooperativa, principalmente as competências financeiras, os serviços prestados e a sua organização.

E o Conselho Pedagógico é composto por um membro da Diretoria executiva que o preside, pela diretora pedagógica, pela coordenadora pedagógica, pelo orientador educacional, por três professores, dois do Ensino Fundamental e um do Ensino Médio, indicados por seus pares, por quatro pais cooperados e um representante dos alunos, membro do Grêmio Estudantil, sem poder de decisão, que participará como consultor, quando solicitado, com total de onze membros. As atribuições do Conselho Pedagógico são, fundamentalmente, as de definir os assuntos pedagógicos do Colégio, determinar sua concepção de educação, organizar a proposta orçamentária da área pedagógica, contratar e avaliar a função dos profissionais da educação e funcionários em geral, elaborar o calendário escolar e opinar acerca do plano de trabalho pedagógico anual.

No Projeto Político Pedagógico (2005), sem maiores explicações, a gestão democrática, a igualdade nas relações, a equidade e a solidariedade são citadas como princípios norteadores de uma escola cooperativa.

No Regimento Escolar (2007, p.2), a gestão democrática está ligada à autonomia administrativa e financeira do Colégio, à elaboração da proposta pedagógica pelos profissionais da escola, ao funcionamento do Conselho Pedagógico e do Conselho de Classe, enquanto órgãos colegiados e do Grêmio Estudantil e da Associação de Pais e Mestres, enquanto instituições escolares.

Os documentos regimentares abrem espaço para uma gestão centrada na participação dos pais cooperados nos diversos órgãos de gestão da Cooperativa Educacional e do Colégio de Marília e dos professores representantes de seus pares, no Conselho Pedagógico e no Conselho de Classe e Série. No que se refere à participação dos alunos, ela é limitada ao Conselho Pedagógico, pois eles não têm poder de voto e participam somente quando solicitados. Contudo, a representatividade dos alunos está garantida no Grêmio estudantil, entretanto, ainda é necessário saber como ele é considerado na Cooperativa, se apenas tem o papel de organizar atividades para os alunos ou se efetivamente é considerado como parte representante dos alunos na gestão da Cooperativa. Por fim, os documentos não fazem menção à participação dos funcionários em nenhum órgão.

CONCLUSÃO

Os documentos regimentares da Cooperativa Educacional e do Colégio de Marília dão aporte para que, na primeira, tendo a Diretoria e o Conselho Fiscal como órgãos subordinados e as decisões da Assembléia Geral como soberanas, os pais associados gestionem democraticamente a Cooperativa e, na segunda, para que a democracia representativa seja realizada pelos segmentos, exceto o dos

funcionários, no Conselho Pedagógico.

Nossa pesquisa está em andamento, as observações sistemáticas e as entrevistas ainda serão analisadas e nos ajudarão a delinear melhor a gestão da Cooperativa Educacional e do Colégio de Marília. Até o momento podemos afirmar que a forma de organização de uma Cooperativa Educacional pode trazer elementos novos ao pautar a sua gestão no trabalho associado, pois ao não ser propriedade de apenas um dono ela exige relações mais democráticas e solidárias dos trabalhadores cooperados e dos segmentos da gestão escolar.

Para Ariosi e Dal Ri (2004, p.102) a ideologia neoliberal capitalista suscita um sentimento de falta de alternativas ao sistema atual (MESZÁROS, 2005), todavia, as “[...] experiências autogestionárias têm-se mostrado como uma alternativa possível, senão para alterar as macro-relações, ao menos as relações internas das empresas que optam por esta forma de organização do trabalho.” (ARIOSI; DAL RI, 2004, p.102)

Por isso, concordamos com Galvão e Cifuentes (2001, p. 39) quando afirmam que

A consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática pressupõe opções constantes de princípios e valores que orientam seu desenvolvimento. A autogestão, a cooperação e a educação podem ser consideradas, então, construções coletivas, capazes de indicar um caminho rumo a uma democracia participativa e verdadeira, onde a coletividade pode decidir seus rumos em todos os campos, inclusive no campo econômico.

Todavia, as Cooperativas também estão sujeitas às influências da forma de organização do trabalho e da gestão, hierárquica e burocrática, que é priorizada na sociedade capitalista. Isso ocorre porque as cooperativas encontram-se inseridas no seio de uma sociedade de classes e, portanto, apresentam várias das contradições inerentes a ela. Na sociedade de classes “A classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e as suas idéias.” (PONCE, 2003, p.169).

Mészáros (2005, p. 43-44) alega que a educação formal é uma das áreas que são influenciadas pelas determinações gerais do capital.

[...] no sentido amplo do termo educação, trata-se de uma questão de internalização pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com as suas expectativas adequadas e das formas de condutas certas, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno.

Servilha (2008, p.126) aponta que o capitalismo regula a sociedade e, por conseguinte,

[...] reflete-se na educação nos termos gerenciais e na aplicação de métodos e técnicas, com ênfase na eficiência e racionalidade, e conseqüentemente, traz um excessivo número de normas e regulamentos com características puramente burocráticas, obstaculizando o funcionamento da instituição escolar.

Por fim, na sociedade atual, desde seu primórdio, as diversas relações são hierarquicamente estabelecidas, conseqüentemente, observamos em algumas cooperativas e, em grande parte das escolas públicas, o reflexo dessa maneira de se organizar.

Dessa forma, entendemos como fator crucial para a democratização das escolas, a necessidade da transformação das relações sociais, tendo como pressuposto a reorganização do mundo do trabalho e a participação direta exercida pelo coletivo por meio das assembleias. Porém, devido aos fatores culturais, socioeconômicos e políticos que implicam nesta mudança, até que isso aconteça, as cooperativas e escolas podem buscar a democratização do seu espaço por meio de uma gestão coletiva.

REFERÊNCIAS

ARIOSI, C. M. F. **Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinativa**: uma possibilidade de democratização das relações de trabalho e da gestão. 2004. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília.

ARIOSI, C. M. F.; DAL RI, N. M. Democracia, participação e poder no cooperativismo educacional. **Org & Demo**. Marília, v. 5, n. 1, p. 79-104, 2004.

BRASIL, Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências**. Brasília, 1971.

COOPERATIVA EDUCACIONAL DE MARÍLIA. **Projeto Político Pedagógico**. Marília. 2005.

COLÉGIO DE MARÍLIA. **Regimento Escolar**. Marília. 2007.

COOPERATIVA EDUCACIONAL DE MARÍLIA. **Estatuto da Cooperativa**. Marília. 2007.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A Economia Solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, N.M., VIEITEZ, C. G. **Economia Solidária**: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. Capítulo 1, 11-42.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. Políticas Públicas para a Educação Cooperativista. **Educação em Revista**. Marília, v. 1, n. 1, p.121-129, 2000.

DAL RI, N. M. **Gestão democrática no sistema de ensino brasileiro**. Marília: UNESP, 2006. (digitado).

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global. 1981.

GALVÃO, M. N.; CIFUENTES, R. **Cooperação, autogestão e educação nas novas**

configurações do trabalho. **Org & Demo**. Marília, n. 2, p. 29-40, 2001.

JUVÊNCIO, F. de C.; ANDRADE, G. V. de; PANZUTTI, R. **Cooperativismo ao alcance de todos**. São Paulo : Ocesp, 2000.

LUZ FILHO, F. **Cooperativas Escolares**. 5 ed. Brasília: IBGE, 1960.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2005.

OLIVEIRA, I. S. **Educação e cooperativismo. Administração, pedagogia e política na Cooperativa de Ensino**: um estudo de caso em Goiás. 1994. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual Paulista, Marília.

PARO, V. H. **A gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

POLONIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 20 ed. São Paulo: Cortez. 2003.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SERVA, M. et al. Um novo ator no cenário organizacional: as Cooperativas Educacionais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. v. 34, n. 4, p.43-54. Jul./Ago. 1994.

SERVILHA, M. S. **Autonomia e gestão democrática nas unidades escolares de educação básica em Marília**. 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. **Trabalho Associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A: Finep. 2001.

VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. **Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

WERLE, F. O. C. **Conselhos escolares**: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.